



“O QUE DEUS UNIU, O HOMEM NÃO SEPARE”: UM OLHAR SOBRE A PERCEPÇÃO RELIGIOSA DE MULHERES E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

“O que Deus uniu, o homem não separe”: a look at women's religious perception and domestic violence

Thais de Matos Barbosa^{*}
Rita Cristiana Barbosa^{**}
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
DOI: 10.29327/256659.14.1-11

RESUMO:

Este texto apresenta uma abordagem acerca da visão religiosa do casamento e da posição da mulher nessa união, com relação à violência doméstica (VD), a partir de uma análise da visão da mulher sobre a VD percebida em seus relacionamentos. Igualmente buscou-se entender como os seus líderes espirituais conduzem essa situação em seu local de culto, bem como tais mulheres enxergam a tomada de atitude destes sob uma óptica religiosa. Para esse estudo, foram aplicados questionários com 58 mulheres, possíveis vítimas de violência doméstica e possíveis religiosas. Para a geração dos resultados foi utilizada a análise estatística de média e desvio padrão dos construtos no programa estatístico SPSS, o qual mostrou resultados de grau de dispersão elevado e médias baixas, que deixaram evidente a não concordância dessas respondentes com os elementos em questão. Todavia foi encontrado várias contradições que sugerem algumas conclusões como: a maioria das mulheres não concebem determinados tipos de violências e muitas ainda creem na mudança de atitudes do outro por força da fé em Deus e da orientação de lideranças religiosas.

Palavras-Chave: Violência Doméstica; Violência Conjugal; Religião; Religiosidade.

^{*} Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: thais.m.barbosa@gmail.com

^{**} Professora do Departamento de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: rcrisbarbosa@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Considerada um fenômeno que não distingue classe social, raça, etnia, religião, orientação sexual, idade e grau de escolaridade, a violência doméstica/conjugal é um dos problemas sociais vivenciados entre os relacionamentos humanos e que, devido à pandemia da Covid-19, ganhou ainda maior destaque no Brasil. Até a década de 1980, era tida como uma questão da intimidade do casal, o que legitimava o poder masculino sobre o feminino, ganhando evidência após o destaque dado a denúncias de assassinatos, utilizando-se a justificativa de “legítima defesa da honra” (Bicalho, 2001).

Dentro desse contexto, a violência conjugal é considerada um problema de saúde pública que traz sequelas ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e social da vítima e sua família; sendo, na verdade, uma agressão complexa, com aspectos sociais, psicológicos e legais (Angelim, 2004).

A violência contra as mulheres não se resume apenas a agressão física: agressões psicológicas, patrimoniais, sexuais, morais são comuns nesse universo antes da agressão física propriamente dita, sendo que a maioria delas ocorre no contexto familiar e doméstico, onde as vítimas possuem algum tipo de parentesco com os agressores, caracterizando-as como tal (Vilhena, 2009).

Dentro de uma construção patriarcal de sociedade, é mister que se perceba a necessidade de mudança de um contexto social. Ao olharmos para a transição histórica da mulher, várias foram as conquistas alcançadas nos últimos anos: o direito ao voto, ao divórcio, a trabalhar sem a autorização do marido, mas, no concernente à violência doméstica, ainda não houve grandes avanços.

As relações abusivas apresentam diversas sintomatologias que são ignoradas e as consequências disso são mulheres com traumas não só físicos, mas psicológicos, sociais, financeiros, patrimoniais e sexuais. Segundo Nakamo e Lettiere, (2011, p.3), “a violência doméstica ou de gênero afeta a integridade biopsicossocial da vítima”, podendo causar transtornos do desenvolvimento e reações físicas como desordens menstruais, problemas gástricos e circulatórios, ansiedade, depressão, suicídio, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), entre outros.

Esse tópico ganhou maior visibilidade no Brasil a partir do caso de Maria da Penha que, após inúmeras agressões de seu companheiro e uma tentativa de homicídio, ficou paraplégica. Tal fato ocasionou a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que

trouxe às mulheres significativas mudanças quanto ao olhar jurídico acerca do fato. A lei conceitua em seu artigo 5º como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (Brasil, 2006).

A noção de superioridade do homem baseada em sua força física tem sido, contudo, a base para um pensamento sólido na formação do machismo, gerando uma espécie de controle do homem sob as mulheres.

No que diz respeito à religião, estudos nessa área são relativamente recentes, sendo um dos maiores desafios o fato de a variável “religião” não ser considerada tão relevante, se comparada às demais, tais como gênero, sexualidade, raça, classe, nacionalidade, entre outras. Entretanto, consideremos a variável religião tão central quanto o gênero, no debate da violência doméstica, já que as religiões são um campo de investimento masculino com discursos e práticas marcados por essa dominação (Busin, 2011).

Nesse estudo, o tema da religião e a visão do feminino será trazido de maneira a esclarecer a visão judaico-cristã acerca da mulher, a partir de uma revisão de literatura apresentando um pouco de contexto histórico da mulher e das representações dela e do casamento a partir da religião.

Trata-se de uma pesquisa realizada através da aplicação de questionários estruturados com mulheres religiosas e vítimas de violência da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil, resultando em 58 respondentes válidas. Quanto aos procedimentos estatísticos empregados, utilizou-se uma análise exploratória descritiva da amostra e dos constructos. Tais procedimentos foram executados no *software* estatístico SPSS, na versão 18. Para esse texto, será considerado apenas 10 constructos, dentre os 28 do total, em que 18 trataram sobre Violência Doméstica (VD) e 10 sobre Religião (RLE). Dentre os escolhidos, 3 referem-se a VD e 7 a RLE.

A MULHER E A RELIGIÃO: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A discussão de gênero e religião, na cultura ocidental, tende a apresentar a mulher como a portadora do mal, cabendo a ela a submissão, o medo e a culpa, devendo-se ressaltar que, historicamente, na cultura patriarcal ocidental, não eram vistos como crimes os espancamentos e assassinatos a mulheres, mas sim como uma situação normal, e conforme supracitado, a prática era aceita e enaltecida (Assis et al., 2021).

A supremacia masculina se dá desde os primórdios da humanidade, a partir do momento em que o homem enxerga a sua função biológica reprodutora e surge, então, o casamento (Muraro, 2020). Nas sociedades ancestrais, a força física era algo necessário à sobrevivência, mas as mulheres possuíam “o privilégio dado pelos deuses de reproduzir a espécie” (Muraro, 2020, p. 5). Sendo assim, a “inveja do útero” é, nas sociedades patriarcais, suplantada pela “inveja do pênis”, visto que a mulher possuía o poder biológico, mas o homem, em contrapartida, foi desenvolvendo o poder cultural à medida que as tecnologias foram avançando.

Essas construções sociais foram, aos poucos, enfraquecendo a visão acerca do feminino e colocando a mulher em uma posição de inferioridade. O *Malleus Maleficarum* (O Martelo das Feiticeiras), escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger, acentua essa óptica ao dizer:

Que há de ser mulher senão uma adversária da amizade, um castigo inevitável, um mal necessário, uma tentação natural, uma calamidade desejável, um perigo doméstico, um deleite nocivo, um mal da natureza pintado de lindas cores [...] As mulheres são, por natureza, mais impressionáveis [...] Possuidoras de língua traiçoeira, não se abstêm de contar às suas amigas tudo que aprendem através das artes do mal [...] As mulheres intelectualmente são como crianças [...] A mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis [...] Portanto, a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na sua fé e, consequentemente, mais propensa a abjurá-la – fenômeno que se conforma à raiz da bruxaria [...] As mulheres possuem também memória fraca; e nelas a indisciplina é um vício natural: limitam-se a seguir seus impulsos sem qualquer senso do que é devido [...] [São] mentirosas por natureza [...] Consideremos também o seu andar, sua postura e o seu hábito, onde reside a vaidade das vaidades (2020, p. 114-8, 120).

Como se vê, há a tendência de reincidir sobre a mulher uma tempestade de coisas danosas, não só a ela, mas a humanidade inteira por meio dela. Assim também, a Igreja Católica se baseia na ideia de um Deus-pai todo poderoso e um filho-homem carismático que vem salvar a humanidade do pecado original, cometido por obra de incontinência moral de uma mulher, demonstra que não há equidade entre os gêneros desde a criação do mundo (Busin, 2011).

A mulher passa a ser vista como um ser perigoso, defeituoso e facilmente corrompido através da reprodução de um discurso do patriarcado. No Gênesis, o Jardim das Delícias é a construção arquetípica da harmonia entre o ser humano e a natureza, que é quebrada a

partir do momento em que a mulher prova do fruto proibido da árvore do conhecimento e o oferece ao homem e, assim, Deus pune o homem e a mulher, trazendo à mulher o sofrimento no parto e, ao homem, o trabalho. Ou seja, ao colocar a mulher como responsável pela Queda Original e, a partir daí, submetida ao homem, define que a submissão da mulher se deu por culpa dela – é, portanto, merecida – e coloca as mulheres como responsáveis por todos os sofrimentos e males da humanidade (Busin, 2011).

Deve-se observar que a árvore do conhecimento representa também o bem e o mal. “O progresso do conhecimento gera o trabalho, e por isso o corpo tem que ser amaldiçoado, porque o trabalho é bom” (Muraro, 2020, p. 21). Entretanto, o homem só consegue acesso ao conhecimento a partir da transgressão às leis divinas – que lhe é oferecida pela mulher. Faz-se sentido, então, as punições do sagrado: ao conseguir o conhecimento, o homem tem que sofrer, pois o trabalho o escraviza, e por isso o homem escraviza a mulher. A relação homem-mulher-natureza perde o seu equilíbrio natural e se torna uma relação de dominação.

Muraro (2020) diz que duas observações merecem ser feitas: a primeira é que o pivô das duas tragédias, a individual e a coletiva, é a mulher; e a segunda, que o conhecimento dissociado e abstrato que daí por diante serão o conhecimento dominante, mas sim o conhecimento do bem e do mal, vem da experiência concreta do prazer e da sexualidade, o conhecimento totalizante que integra inteligência e emoção, corpo e alma, enfim, aquele conhecimento que é especificamente, na cultura patriarcal, o conhecimento feminino por excelência.

A opressão às mulheres é histórica, tanto em ações isoladas como coletivas e podem ser observadas em diversos momentos da nossa história. Russell e Alexander (2019) observam que o domínio do masculino na religião, na literatura e no direito criou um simbolismo e uma mitologia especiais acerca das mulheres, que se caracterizaram por uma ambivalência tripartite: a mulher pura e virgem; a mulher mãe e carinhosa; e a mulher megera maléfica e carnal. À mulher, só restava um caminho: a busca pela santidade através do espelho de Maria; aquelas que não estivessem dentro desse viés eram vistas como demoníacas e deveriam ser exterminadas – o espelho de Eva.

Devido a essa visão deturpada, milhares de mulheres foram queimadas e enforcadas durante a Idade Média, pelos tribunais civis (na Inglaterra) e eclesiásticos (no continente

européu). Católicos e evangélicos fizeram uma verdadeira temporada de “caça às bruxas” durante quatro séculos, e textos como o *Canon Episcopi*, de meados de 900 d.C, e o *Malleus Maleficarum*, do século XV, apenas reforçaram a imagem negativa que pairava sobre o gênero feminino. O *Canon Episcopi* dizia que:

Algumas mulheres pecaminosas são pervertidas pelo Diabo e desencaminhadas por ilusões e fantasias induzidas por demônios, pelo que acreditam que cavalgam à noite em animais na companhia de Diana, a deusa pagã, e de uma horda de mulheres. Acredita que no silêncio da noite percorrem distâncias enormes. Dizem obedecer às ordens de Diana e, em certas noites, são convocadas para servi-la [...] Muitas outras pessoas também acreditam ser isso verdade, embora seja um erro pagão crer na existência de qualquer outra divindade além do Deus uno [...] Tais fantasias são introduzidas nas mentes de pessoas sem fé, não por Deus, mas pelo Diabo. Pois Satã tem o poder de transformar-se na figura de um anjo de luz. Nessa forma, ele captura e escraviza o espírito de uma infeliz mulher e transforma-se em várias pessoas diferentes. Mostra ao espírito perturbado dessa mulher coisas estranhas e pessoas desconhecidas, e o conduz em fantásticas jornadas. Tudo isso acontece somente no espírito, mas pessoas sem fé acreditam que tais coisas aconteçam também no corpo (p. 76-77).

É importante observar que a mulher, nesse período, passa de “doadora da vida, símbolo da fertilidade para as colheitas e os animais” (Kramer; Sprenger, 2020, p. 16), a um simples objeto manipulável pelo homem. E como não bastasse dominá-la, teria que culpá-la pelas suas transgressões, sendo considerada como “a primeira e a maior pecadora, a origem de todas as ações nocivas ao homem, à natureza e aos animais” (Kramer; Sprenger, 2020, p. 16). Nesse período, devido à ausência de educação formal dada à população em geral, o conhecimento que seus descendentes apreendiam advinha do sistema patriarcal.

A MULHER E A MODERNIDADE

Com o advento do mercantilismo, a partir do século XVI, e sua intensificação, no século XVIII, com o surgimento da máquina a vapor, o modo de produção sofre alterações e, consequentemente, a estrutura social também passa por intensas transformações. Com a industrialização, os homens passam ao papel de “provedores do lar”, saindo de suas casas para às fabricas, deixando suas mulheres no lar. Segundo Muraro (1993), surge então a figura da dona-de-casa e da mãe dedicada e sofredora” (p. 1331). Novamente, as mulheres são “ra-

dicalmente excluídas do domínio público que se cria a infância com regras próprias de conduta, educação, vestuários e gestos que conhecemos hoje” (Muraro, 1993, p. 1331).

A mulher retorna ao seu papel de procriadora, e o lar se torna um ambiente em que o amor está sempre presente – ou deveria estar. Para Muraro (1993), a mulher virtuosa passa a ser a rainha. E os pilares da sua nova feminilidade são: a pureza, a piedade, a religiosidade e a submissão.

No século XIX, quando se iniciam os primeiros movimentos pelos direitos femininos, Silva (2021) explicita que o principal objetivo das reivindicações das mulheres era a supressão do patriarcado, iniciando-se, portanto, o primeiro movimento feminista. As sufragistas lutavam pelo fim da escravidão e, depois, uniram-se aos movimentos sindicais.

Segundo Muraro (1993), nesse período também surgiu novas classes de trabalhos para as mulheres “datilógrafas, telefonistas, professoras primárias, secretárias, balconistas, pequenas representantes da indústria de roupas femininas” (Muraro, 1993, p. 1476). As sufragistas incentivaram os sindicatos comandados pelas mulheres, isso porque, as classes sindicais que representavam as mulheres eram comandadas pelos homens.

Vale lembrar que, “após o final do período medieval formou-se um tipo de núcleo econômico familiar na qual as mulheres dividiam seu tempo entre trabalhar fora e dentro de casa”, mas tinham que manter seus afazeres domésticos em dia e o anonimato, daí o início da exploração da mão de obra feminina, desvalorizada e mal paga (Marcondes, 2021, p. 1).

Entretanto, ainda no século XX, o mundo passou por duas grandes guerras mundiais. Com isso, as mulheres precisaram ocupar os postos de trabalho deixados pelos homens. Durães (2009) alude que as mulheres “trabalhavam nas fábricas para sustentar a família e começavam assim a ter uma jornada dupla de trabalho: uma na fábrica outra em casa” (p. 138). Ao final da guerra, elas retornaram ao lar, deixando os seus empregos para os seus maridos.

Silva (2021) explica que:

Ademais, surge novamente na segunda metade do século XX, os movimentos feministas. Uma das causas do sucesso do feminismo é a sua desqualificação para o mercado de trabalho, problema esse gerado há anos. Isso faz com que as mulheres reivindiquem os seus direitos. Nos anos setenta, as mulheres iniciadas no mercado e recebidos seus salários, não se calam mais. Começam a levantar questões sobre a

qualidade de suas relações com os homens, passam agora a quer ter orgasmos e não serem consideradas mais como objetos (p. 24).

Infelizmente, também em pleno século XXI, mesmo com todas as evoluções conquistadas pelas mulheres, ainda há um longo caminho a ser percorrido em uma sociedade patriarcal, em que elas ainda sofrem devido à aspectos de submissão e são julgadas por suas decisões.

O CASAMENTO NA VISÃO RELIGIOSA

A luta das mulheres, ao longo da história, não há dúvidas, proporcionou-lhes muitas conquistas (Vilhena, 2009). Diversos foram os direitos conquistados por elas durante os séculos XIX e XX: direito ao voto, ao trabalho fora de casa, aos estudos, entre outros.

Entretanto, o casamento, enquanto instituição, ainda se perpetua fortemente na sociedade. Silva (2021) nos mostra que, com o passar dos anos e a modernização da sociedade, ainda se tem a institucionalização do patriarcalismo e a ideia da família tradicional (pai, mãe e filhos) e, nessa relação, a esposa e os filhos estão submissos a vontade do homem, denominado cabeça da casa por muitas religiões, pois o homem é considerado o guia da tomada de decisões e, assim tem sido desde que o homem tomou conhecimento da sua participação na reprodução humana, surgindo então o patriarcalismo.

A inferiorização da mulher através do discurso religioso – reforçado pela visão patriarcal – é fortalecido, visto que, durante a Idade Média, a mulher era vista como um ser que deveria ser dominado e que poderia levar o homem à perdição, e essa fala é mantida até os dias de hoje, em nossa sociedade, quando, por exemplo, em traições, as pessoas tendem sempre a culpabilizar a mulher em maior escala do que o homem que trai a companheira.

Gomes e Freire (2005) relatam que a mulher foi criada para fazer companhia ao homem, em um papel auxiliar e secundário, remetendo, ainda, à origem do homem e da mulher segundo a Bíblia e, reportando-se ao mito de Lilith, a qual seria a primeira mulher criada por Deus logo após criação de Adão, pontuando que ela fora expulsa do paraíso por não aceitar o domínio de Adão sobre si e seu corpo, questionando a ordem “natural” das coisas.

Souza (2019) diz que:

a concepção do casamento como união para a vida toda, haja o que houver, a noção de hierarquia familiar em que o homem manda e a mulher obedece, a socialização dos homens para a dominação e das mulheres para a sujeição, são alguns dos muitos

elementos que compõem a complicada equação da violência de gênero em nossa sociedade e que extrapola as paredes da casa. As mulheres são socializadas para a submissão, a obediência, a dependência, o cuidado com o outro, enquanto os homens são socializados para exercer poder, serem obedecidos, temidos e serem independentes. Nesse processo, enquanto os homens são objetivados como seres autônomos e com poder, as mulheres são objetivadas como seres dependentes e sem poder (p. 21).

Dessa forma, “o que se experimenta na casa é fruto de uma cultura que produz e naturaliza as hierarquias de gênero [...]” (Souza, 2013, p. 21). O patriarcado apenas ganha mais força e se consolida na sociedade através de uma diminuição do poder da mulher, que é reforçado pelo discurso da família, da escola, do Estado, da mídia e da religião, a partir do momento em que se reforça a ideia de o que ocorre dentro das casas é de foro íntimo e pessoal daqueles que lá vivem.

Faz-se interessante observar que as religiões, no geral, e mais especificamente as judaico-cristãs, apresentam o conceito do lar como local seguro e sagrado, devendo ser mantido acima de tudo (Krob, 2016, p. 209). Entretanto, é necessário afirmar que boa parte das agressões e violências de gênero ocorrem dentro da própria residência da vítima, o que diverge desse pensamento. Souza (2014) nos alude ao fato de que o inventário das formas de violência que se encerram na intimidade do lar permite desmitificar a casa como o lócus do amor, o lar doce lar, apregoado em inumeráveis contos de fada, novelas e filmes.

Sendo assim, o discurso do “*Até que a morte nos separe*” e “*O que Deus uniu, jamais o homem o separe*”, dito em diversas cerimônias matrimoniais, encerra uma concepção de casamento como união indissolúvel e que, em diversos casos no nosso país, terminam, infelizmente, em feminicídio.

AS PARTICIPANTES DA PESQUISA E A DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As participantes da pesquisa se declararam, em maior quantidade, como sendo católicas, com 43,1%, seguidas pelas evangélicas, que totalizaram 27,6%, e pelas espíritas, que somaram 8,6%. As candomblecistas e umbandistas totalizaram 1,7% e, por último, as demais religiões, que equivalem a 19% da amostra. Nesse contexto, pode-se ressaltar que houve participação dos mais diversos grupos religiosos, sem qualquer restrição:

Tabela 1 - Descrição da variável religião

Religião	Frequência	Percentual
Católicos	25	43,1
Evangélicos	16	27,6
Espíritas	5	8,6
Candomblecistas / Umbandistas	1	1,7
Outras religiões	11	19,0
Total	58	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Esse resultado está em consonância com a afirmação de Busin (2011) de que o catolicismo, que se instaurou no Brasil em 1500, por herança da colonização portuguesa, e foi a religião oficial do país desde a sua primeira Constituição, em 1824, até 1890, quando a liberdade religiosa foi instituída por decreto, continua sendo a principal declaração religiosa no país. Igualmente pesquisa liderada pelo Datafolha, em 2019, constatou que 50% da população brasileira se declara católica (O globo, 2020).

Ainda sobre o perfil das participantes, a maioria das mulheres estão entre 30 e acima de 40 anos, o maior número afirma ter concluído o ensino superior, tendo, inclusive, algumas pós-graduadas como especialistas, mestres e doutoras, e, em maioria, não tem filhos. Algumas tem um ou dois filhos, não tendo havido nenhuma com mais de três filhos. Elas vivem, majoritariamente, em áreas urbanas, em imóveis próprios ou alugados.

ANÁLISE DOS CONSTRUCTOS “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (VD) 2, 3 E 5”

Quanto ao constructo *Violência Doméstica*, esse possuía 20 questões em que as respondentes teriam de relatar suas experiências quanto à vivência ou não da violência doméstica. Entende-se aqui que a violência doméstica vai além da violência física; fala-se de violência psicológica, patrimonial, moral, sexual e financeira:

Quadro 1 – Análise do construto *Violência Doméstica*

Dados sobre violência doméstica	
VD1	O autor já ameaçou você ou outro familiar usando faca ou arma de fogo?
VD2	Você já sofreu algumas dessas agressões físicas?
VD3	Você já sofreu algumas dessas agressões? (Patrimonial/psicológica...)
VD4	Já registrou ocorrências policiais anteriormente envolvendo essa mesma pessoa?
VD5	Você já sofreu algumas dessas agressões físicas? (PARTE 2)
VD6	O autor já usou de ameaças ou agressões para evitar a separação?
VD7	O autor já obrigou você a fazer sexo ou praticar atos sexuais sem sua vontade?
VD8	As ameaças ou agressões físicas têm se tornado mais frequentes ou mais graves nos últimos seis meses?

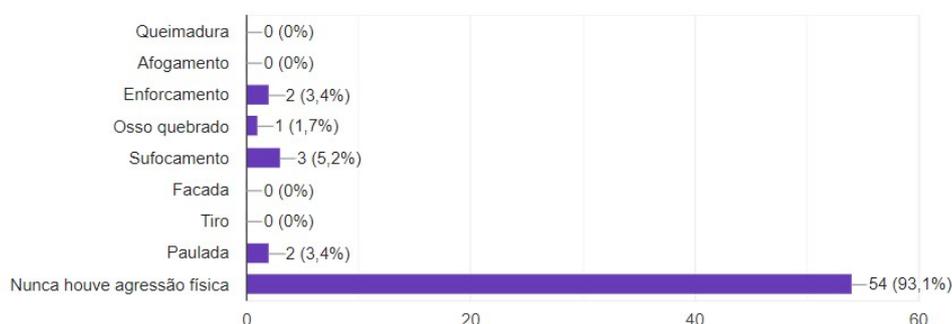
VD9	O autor já descumpriu medidas protetivas anteriormente?
VD10	O autor já ameaçou ou agrediu seus filhos, familiares, colegas de trabalho, pessoas desconhecidas ou animais de estimação?
VD11	O autor fica mais violento quando está sob efeito de álcool ou outras drogas?
VD12	O autor tem alguma doença mental comprovada por avaliação médica?
VD13	O autor já tentou ou ameaçou suicidar-se?
VD14	O autor está desempregado ou possui dificuldades financeiras graves?
VD15	O autor tem acesso a armas de fogo?
VD16	O autor já quebrou seus objetos pessoais ou objetos da casa?
VD17	O autor não reconhece os comportamentos agressivos dele contra você ou contra outras pessoas?
VD18	O autor faz uso de álcool ou outras drogas?
VD19	Os filhos já presenciaram as agressões?
VD20	O autor já ameaçou ou agrediu os filhos ou animais de estimação com a finalidade de atingi-la?

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Vale salientar, quanto à análise dos resultados, que não foram retiradas as médias e desvios-padrões dos construtos VD2, VD3 e VD5 por serem questões com mais de uma opção e serão estes o objeto de análise desse artigo.

A maior média se apresenta na variável VD1, mas, ainda assim, ela está abaixo de 7, constituindo um baixo grau de concordância com essa afirmação. As demais variáveis apresentam o mesmo comportamento, estando todas com um grau de concordância baixo para a amostra. Quanto ao desvio padrão, as variáveis VD1, VD6, VD7 e VD19 apresentaram grau de dispersão acima de 3, o que é considerado alto.

Figura 1 – Análise da variável VD2



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

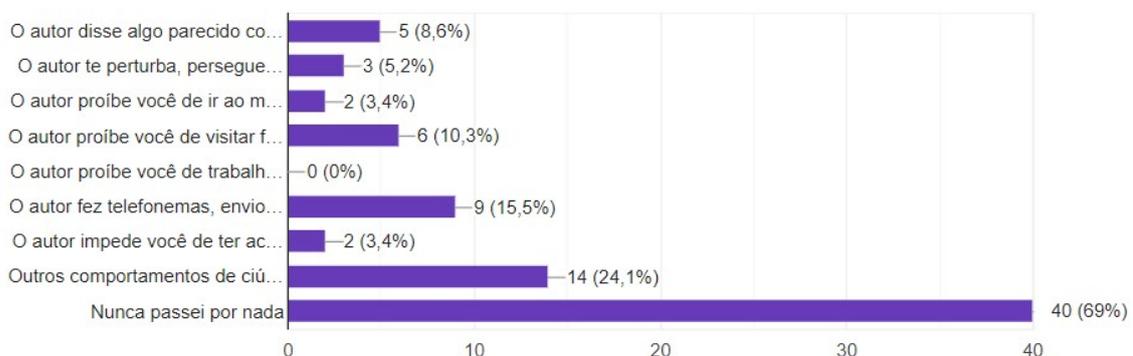
Ao analisar a variável VD2, percebe-se que a maioria revela nunca ter sofrido qualquer tipo de agressão física (54 respondentes). Entretanto, o número total de respondentes é de 58, sendo assim, foi feita a análise do constructo por respondente e percebeu-se que

três respondentes afirmaram que nunca sofreram agressões físicas, mas foram sufocadas, e uma delas além do sufocamento, sofreu pauladas, o que demonstra que o número de não-agredidas é ainda menor.

É percebido que formas de violência psicológica doméstica são difíceis de serem identificáveis pela vítima, pois estas podem não serem reconhecidas como tal. É comum serem “associadas a fenômenos emocionais frequentemente agravados por fatores tais como: o álcool, a perda do emprego, problemas com os filhos, sofrimento ou morte de familiares e outras situações de crise” (Silva; Coelho; Caponi, 2007). Contudo, parece que as respondentes desta pesquisa, também atribuem a mesma forma de pensar ao não conceber um ato de agressão corporal como uma forma de violência.

Outro fato que chama a atenção se remete à variável VD3: 40 respondentes afirmaram que nunca passaram por qualquer outro tipo de agressão – patrimonial, psicológica, moral e financeira. Entretanto, os dados mostram exatamente o oposto. Há um número considerável de respondentes (14) que ressaltam outros comportamentos de ciúme.

Figura 2 – Análise da variável VD3



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

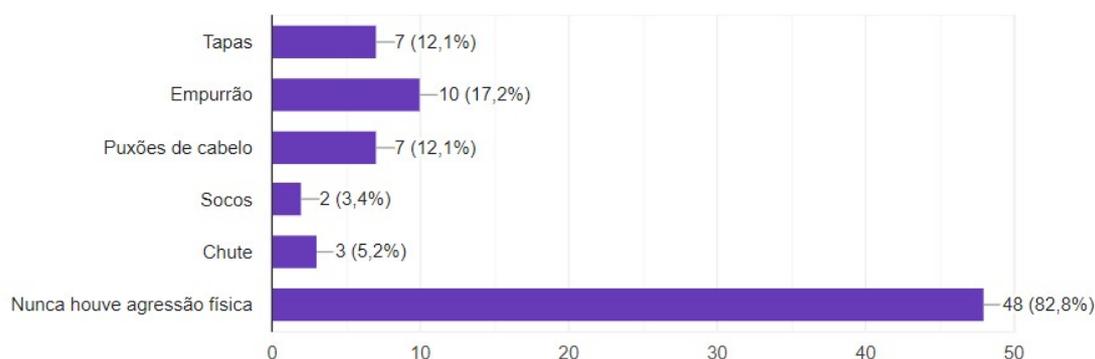
Há de se fazer uma ressalva aqui quanto a esses dados: muitas mulheres não enxergam esses sinais como violência e acham até saudáveis os sentimentos de ciúme, o que pode, de certa maneira, ter criado um viés nessa questão. Mas, ao analisar as questões seguintes, não há dúvidas de que mesmo as mulheres que relataram não sofrer qualquer tipo de violência, sofrem com envio de mensagens e ligações excessivas no trabalho, perseguição, proibição de visitas à família, proibição de ter acesso a contas bancárias e a dinheiro e o mais grave, a declaração de posse: “se você não for minha, não será de mais ninguém”.

Ou seja, o que se percebe nessa variável é que boa parte das respondentes não conseguem enxergar esses sinais como formas de violência doméstica e início (ou já instalado) de um relacionamento abusivo e tóxico, que pode, sim, levar à violência com danos físicos graves e ao feminicídio.

Silva, Coelho e Caponi (2007) chamam a atenção para o papel da mídia em ressaltar a violência doméstica apenas na sua forma mais aguda, com danos físicos graves ou óbito e que a ocorrência da violência física sempre vem com a presença da violência psicológica.

A variável VD5 tem resultado semelhante a VD2, em que 48 respondentes afirmam que jamais sofreram quaisquer tipos de agressão física, entretanto ao cruzar os dados, nota-se que há uma discrepância, visto que há, entre esses números, respondentes que sofreram agressões físicas, tais como puxões de cabelo, tapas, empurrões, socos e chutes.

Figura 3 – Análise da variável VD5



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

É importante ressaltar, mais uma vez, o dado recorrente nessa variável, de que algumas mulheres, em alguns casos, não enxergam empurrões como uma agressão física, entretanto é um dos sinais iniciais referentes a um relacionamento abusivo e deve ser levado bastante em consideração.

ANÁLISE DO CONSTRUCTO “RELIGIÃO (REL)”

No constructo *Religião* foram feitas as perguntas conforme o Quadro 02. Aqui, buscou-se entender o grau de religiosidade das respondentes, bem como a frequência com que elas iam aos seus locais de culto. Além disso, verificou-se o grau de intimidade com seus líderes e a confiança nas suas palavras e no livro sagrado referente a fé professada.

Quadro 2 – Análise do construto *Religião*

Dados sobre religião	
REL1	Quantas vezes por semana frequenta a igreja?
REL2	Exerce algum cargo dentro da sua religião?
REL3	Caso não exerça nenhum cargo, participa ativamente da vida na comunidade?
REL4	Como a liderança da sua religião age acerca da violência doméstica?
REL5	Você busca o seu líder espiritual como confidente, para aconselhamento?
REL6	Você aceita tudo o que o seu líder espiritual diz?
REL7	Você acredita em tudo que o livro sagrado da sua religião diz?
REL8	Você acredita que a mulher deve ser submissa ao homem?
REL9	Você tem medo de separar e ser castigada por Deus?
REL10	Você tem medo de denunciar e ser castigada por Deus?

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na tabela 1, verificou-se que tanto a média como o desvio padrão das variáveis foi abaixo de 7, o que gera o grau de concordância baixo às afirmações. Quanto às médias, faz-se interessante destacar alguns pontos importantes. As variáveis REL6, REL8, REL9 e REL10 apresentaram as maiores médias. Ao analisar a variável REL6, apenas 7 respondentes afirmam aceitar o que o líder espiritual diz. Isso pode ser reflexo do que encontramos na variável REL1, cujo desvio padrão é o mais alto, indicando um alto grau de dispersão da variável: nota-se que em REL1, um número significativo de respondentes relatou não frequentar a igreja/local de culto da sua religião.

As variáveis REL8, REL9 e REL10 apresentaram médias de baixa concordância, mas um desvio padrão considerado baixo, indicando um grau de dispersão pequeno. Dentro dessas três variáveis, analisando-as separadamente, percebeu-se que 8 respondentes acreditam que a mulher deve ser submissa ao homem, conforme indicam os preceitos bíblicos; essas mesmas respondentes também indicaram, na variável REL3, exercerem cargos religiosos dentro dos seus locais de culto, o que pode justificar, de alguma forma, essa resposta.

Tabela 1 - Descrição da variável *Religião*

Variável	Média	Desvio padrão
REL1*: Quantas vezes por semana frequenta a igreja?	1,72	0,83
REL2: Exerce algum cargo dentro da sua religião?	1,84	0,36
REL3: Caso não exerça nenhum cargo, participa ativamente da vida na comunidade?	1,93	0,52

* REL – Religião

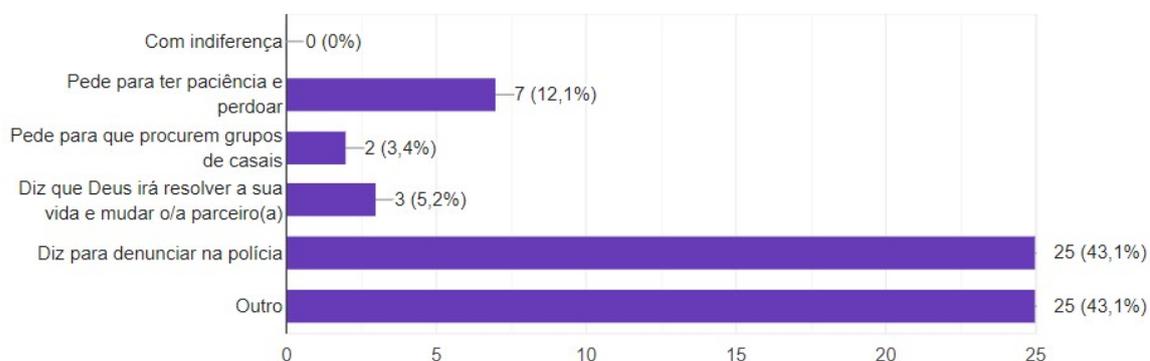
REL5: Você busca o seu líder espiritual como confidente, para aconselhamento?	1,72	0,45
REL6: Você aceita tudo o que o seu líder espiritual diz?	1,88	0,32
REL7: Você acredita em tudo que o livro sagrado da sua religião diz?	1,55	0,50
REL8: Você acredita que a mulher deve ser submissa ao homem?	1,86	0,34
REL9: Você tem medo de separar e ser castigada por Deus?	1,95	0,22
REL10: Você tem medo de denunciar e ser castigada por Deus?	1,98	0,13

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Um fato interessante nas variáveis REL9 e REL10 é que há respondentes que afirmam ter medo de denunciarem e serem castigadas por Deus, mas ainda é menor do que o medo de se separarem e serem castigadas por Deus, que obteve um maior número de respondentes. A maior parte das mulheres afirmaram não terem medo de denunciar nem de se separarem e serem castigadas por Deus. Faz-se importante observar esses resultados juntamente com a variável REL7, em que a maioria das respondentes afirmam não acreditarem em tudo o que o livro sagrado de sua religião diz, e com a REL6, em que afirmam não acreditarem em tudo o que o seu líder espiritual fala, o que pode reforçar o resultado das duas últimas variáveis.

Na variável REL4, perguntou-se as respondentes de que forma o seu líder religioso lida com as denúncias de violência doméstica e que atitudes que ele solicita que a vítima tome.

Figura 04 – Análise da variável REL4



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Analisando essa variável, a maioria das respondentes afirmaram que seu líder espiritual aconselha a denunciar à polícia ou outra forma (que pode ser desde sair de casa e buscar ajuda a qualquer outra ação de cunho religioso ou não).

Mas, é importante destacar a quantidade de mulheres que responderam que o líder pede para ter paciência e perdoar as agressões, bem como os que pedem que busquem grupos de casais e que dizem que Deus irá mudar a vida e o parceiro. Essa postura encontra ressonância nos estudos de Souza (2014) quando apresenta a história de duas mulheres que sofriam vários tipos de violência doméstica e só contavam para o padre, que nunca fez nada. Segunda a autora, ela “não foi ouvida e muito menos repercutida porque não foi considerada em sua condição de sujeito” (Souza, 2014, p. 6), algo já debatido nesse texto sobre a visão da mulher na religião e na sociedade ao longo dos tempos.

A questão atual é: se a religião chega a lugares que o Estado não alcança, que é o lar (Busin, 2011; Souza, 2014), por que a religião legitima a cadeia de dominação baseada no poder patriarcal cruzando os braços ou fechando os olhos para os casos de violência doméstica?

Ainda assim, faz-se interessante observar uma mudança de mentalidade dos líderes espirituais que, mesmo dentro da sua fé e crença, orientam as mulheres a fazerem o civilmente correto, que é procurar a polícia, sendo nenhum deles indiferente a situação. Isso demonstra alguma transformação nas atitudes de alguns líderes. Souza (2014, p. 7) alerta que, como a religião é o segundo lugar permitido para as mulheres, uma extensão de suas casas, lideradas por pessoas que em geral são as primeiras a conhecerem os ‘segredos de família’, a questão da violência doméstica “precisa ser levado a sério pelas instituições religiosas e pelo poder público, pois pode significar a diferença entre a vida e a morte”. E é preciso ainda a prestação de acompanhamento efetivo e apoio de tais líderes, caso as mulheres assumam seus conselhos.

CONCLUSÃO E OBSERVAÇÕES DE PESQUISA

A violência doméstica vem, há tempos, alijando mulheres e causando danos dos mais diversos em suas vidas, tanto no âmbito microssocial (sexual, físico, psicológico, moral e social), como no macrossocial. Durante séculos, elas vêm em processo de luta pelos seus direitos e pelo fim da submissão ao poder patriarcal.

Esses cruzamentos entre gênero, religiosidade, família e violência são bem abrangentes e precisamos abrir, cada vez mais, possibilidades para maiores investigações acerca desse fenômeno de complexa compreensão.

Uma das dificuldades dessa investigação foi o número ainda restrito de estudos sobre esses temas. Há estudos somente sobre religião ou somente sobre violência doméstica, mas ainda são poucos os estudos conectando esses dois temas relevantes. É importante ressaltar que, através da história, a religião foi um fator de destaque para o processo de submissão das mulheres e de fortalecimento da imagem do homem, inclusive reforçando discursos de violência através dos seus escritos sagrados e textos inquisitórios.

O estudo mostrou que muitas das respondentes não seguem à risca suas religiões, nem acreditam piamente em tudo o que o seu líder espiritual e seu livro sagrado dizem. Além disso, observou-se que os líderes religiosos, independentemente de suas crenças, orientam suas vítimas a denunciarem as agressões, mas que, ainda assim, há mulheres que têm medo de serem castigadas por Deus tanto se denunciarem como se buscarem a separação, certamente por não receberam nada a mais de seus líderes fora o aconselhamento. Algumas, inclusive, relatam serem ainda dependentes financeiramente dos seus maridos, o que dificulta a tomada de decisão, e quanto a isso, nem o Estado nem as instituições religiosas oferecem apoio efetivo.

Retomando ao estudo, um ponto interessante a ser investigado em pesquisas futuras é quanto à relação de agressão em grupos LGBTQIA+, pois os questionários apenas informam que as respondentes foram agredidas por quem chamamos de “autor”, não deixando claro se essas vítimas foram agredidas por companheiras. Faz-se interessante analisar, em estudos futuros, a possível relação entre religião e esses grupos.

O presente estudo buscou fortalecer as pesquisas nessa área ainda tão carente de aprofundamento científico e mostrou que ainda temos um longo caminho pela frente no enfrentamento da violência de gênero no país e da mudança de paradigma do patriarcado.

REFERÊNCIAS

ANGELIM, F. *Construindo novos discursos sobre a violência doméstica: uma articulação entre a psicologia clínica e a justiça*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Brasília: Instituto de Psicologia da UnB, 2004.

ASSIS (et. al.). Religião e o discurso de homens autores de violência doméstica. In: *REH – Revista Educação e Humanidades*, v. II, n. 2, jul-dez de 2021, p. 510-528.

BASTOS, I. J. *A visão do feminino nas religiões afro-brasileiras*. Recife: Caos, 2009.

BICALHO, E. *A nódoa da misoginia na naturalização da violência de gênero: mulheres pentecostais e carismáticas*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.

BOURDIEU, P. *A Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (*Lei Maria da Penha*).

BUSIN, Valéria Melki. Religião, sexualidades e gênero. In: *Rever*, ano 11. n. 01, jan/jun. de 2011. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/6032>. Acesso em 24 de agosto de 2021.

DURÃES, S. J. Mulher, Sociedade e Religião. In: Congresso de Teologia da PUCPR. Curitiba: 2009. *Anais eletrônicos...* Curitiba: Champagnat, 2009. p. 133-144.

GOMES, N. P.; FREIRE, N. M. Vivência da Violência Familiar: homens que violentam suas companheiras. In: *Revista Brasileira de Enfermagem*, n. 58(2), mar/abr de 2005. p. 176-179.

KRAMER, H. SPRENGER, J. *O Martelo das Feiticeiras*. Trad. de Paulo Fróes. 30ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.

KROB, Daniéli Busanello. A Igreja e a Violência Doméstica Contra as Mulheres. In: *Anais do Congresso Internacional da Faculdade EST*. São Leopoldo: 2014. p. 208-216.

LETTIERE, Angelina; NAKANO; Ana Maria S. Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento. In: *Rev. Latino-Americana de Enfermagem*, USP, nov/dez. de 2011. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n6/pt_20.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e Violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: Mônica Raisa Schpun (org.). *Masculinidades*. São Paulo/Santa Cruz do Sul: Boitempo/Edunise, 2004. p. 35-78.

MARCONDES, Letícia. *A mulher no mercado de trabalho: uma linha do tempo que você precisa conhecer*. Safe.space, 2021. Disponível em <https://safe.space/conteudo/>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: Uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MURARO, Rose Marie. Breve Introdução Histórica. In: KRAMER, H. SPRENGER, J. *O Martelo das Feiticeiras*. Trad. de Paulo Fróes. 30ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.

NASCIMENTO, C. L. *A relação entre a religião protestante (e suas variadas denominações) e a violência doméstica contra a mulher*. Monografia (Curso de Serviço Social). Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, UFF, Rio de Janeiro, 2016.

O GLOBO. *Datafolha: 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião*. 13/01/2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-50-dos-brasileiros-sao-catolicos-31-evangelicos-10-nao-tem-religiao-24186896>. Acesso em 31 de janeiro de 2022.

PRIORE, M. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

RUSSELL, J. B.; ALEXANDER, B. *A história das bruxas* (trad. Álvaro Cabral e William Lagos). 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2019.

SILVA, J. S. P. *Quebrando o silêncio: Violência conjugal no contexto da Igreja Adventista de Manaus*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Manaus: UFAM/Museu Amazônico, 2018.

SILVA, T. C. *A violência doméstica no Brasil e a visão religiosa: uma quebra de paradigma da submissão da mulher*. Monografia (Curso de Direito). Goiás: Escola de Direito e Relações Internacionais da PUC-GOIÁS, 2021.

SILVA, Luciane Lemos; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. In: *Interface* (Botucatu), n. 11 (21), abr 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/?lang=pt>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

SOUSA, J. A. *Fatores associados à violência conjugal no município de João Pessoa – PB*. Dissertação (Mestrado em Modelo de Decisão e Saúde). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, UFPB, João Pessoa, 2013.

SOUZA, Sandra Duarte de. “Eu não sou mulher”: violência doméstica e ética cristã. In: *Revista Caminhando*, v. 19, n. 2, jul/dez. 2014, p. 7-17.

VILHENA, V. C. *Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). São Paulo: Faculdade de Humanidades e Direito, da Faculdade Metodista de São Paulo, 2009.

ABSTRACT:

This text presents an approach to the religious view of marriage and the position of women in this union, with regard to domestic violence (DV), based on an analysis of women's view of the DV perceived in their relationships. We have also sought to understand how their spiritual leaders handle this situation in their place of worship, as well as how these women see their attitude from a religious perspective. For this study, questionnaires have been applied to 58 women, possible victims of domestic violence and possible religious women. Average statistical analysis and standard deviation of the constructs in the SPSS statistical program has been used to generate the results, which shows results of a high degree of dispersion and low average rates, which makes it clear that these respondents did not agree with the elements in question. However, several contradictions have been found, suggesting some conclusions such as: most women do not conceive of certain types of violence and many still believe in changing the attitudes of others by virtue of faith in God and the guidance of religious leaders.

Keywords: Domestic Violence; Spousal Violence; Religion; Religiosity.

Recebido em 14/02/2022

Aprovado para publicação em 05/05/2022